

Prefácio

Eleutério F. S. Prado

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PRADO, E.F.S. Prefácio. In: RENILDO, S. *Estado e capital na China* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 7-13. ISBN 978-85-232-2002-0. <https://doi.org/10.7476/9788523220020.0001>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Prefácio

Eis aqui um livro que começou a existir em 2007 como uma tese de doutorado em Administração na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas que, mediante aperfeiçoamentos, transformou-se numa obra esclarecedora sobre o caráter das transformações contemporâneas da China. *Estado e capital na China* trata das reformas econômicas que ocorreram no período que vai de dezembro de 1978 até o presente, ou seja, na era que se iniciou após o falecimento de Mao Zedong, ocorrida em 1976. O seu objetivo central é discutir a questão de saber se essas transformações rumam para o socialismo ou para o capitalismo, numa perspectiva não economicista, ou seja, negando que elas transcorreram segundo um rumo histórico inexorável determinado pela necessidade econômica.

Ora, não se pode abordar essa questão de uma perspectiva marxista sem começar pelo próprio Marx. Como se sabe, esse autor tratou da superação do capitalismo ao longo de toda a sua vida; entretanto, na busca de um ponto de partida para examinar o estudo aqui em discussão, parece correto admitir que ele se encontre em sua obra máxima, ou seja, em *O capital*. Marx tratou do socialismo já no primeiro capítulo dessa obra e de modo muito significativo:

eis que o fez na quarta e última seção deste capítulo, ou seja, na seção que trata do caráter fetichista da mercadoria e que visa a desvendar o seu segredo. Isso implica que, para ele, o socialismo, entendido aqui como a sociedade formada por “homens livremente socializados”, só pode nascer quando é superada a forma mercadoria inerente ao capitalismo e, assim, o fetichismo que está entranhado na sociedade em que domina o modo de produção capitalista. Eis o que disse aí:

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente associados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são produto natural de uma evolução histórica longa e penosa. (MARX, 1988a, p. 76)

8

Esse trecho é crucial; a partir dele, algumas conclusões se impõem de imediato. Mesmo sem entrar nos detalhes das experiências socializantes do século XX, é possível dizer de imediato que: a) o socialismo delineado por Marx ainda não chegou a existir na face do planeta Terra; b) todas essas experiências históricas, tais como a russa, a chinesa e a cubana, partiram de condições muito insuficientes e, por isso, constituíram-se como processos que tentaram ou ainda tentam construir as bases materiais necessárias para a possível vinda do socialismo – mesmo se ousaram, por antecipação, chamarem-se de socialistas ou mesmo de comunistas. Para aqueles que querem examinar e discutir essas experiências, trata-se, então, de examiná-las com o intuito de saber se foram ou estão sendo bem-sucedidas nesse desiderato ou se se desviaram por

caminhos que, ao fim e ao cabo, não levam senão, de algum modo, a repor o capitalismo.

O livro de Renildo Souza, que trata especificamente do caso “China”, deve ser lido, interpretado e avaliado – e esta é a opinião daquele que faz esse prefácio – estritamente nessa perspectiva. O antagonismo socialismo *versus* capitalismo orienta todo o seu esforço de compreender essa experiência histórica específica. As realizações e desventuras do processo realmente observado são enxergadas sob a perspectiva da realização possível, mas difícil, de um socialismo comunitário e democrático que seja também capaz de criar as condições para a supressão do Estado, tal como aquele que animou o pensamento original de Marx. Eis que, para ambos, o verdadeiro socialismo é uma “associação de homens livres” que já não estão mais submetidos à “violência de uma lei natural reguladora” tal como ocorre no capitalismo. Portanto, a lei do valor tem de ser abolida já na primeira etapa da construção comunista em que vigora o princípio do “igual direito”, ou seja, que manda repartir tudo o que é produzido dando a cada conforme o seu trabalho.

Em sua introdução, mostra como e por que o Partido Comunista da China, em dezembro de 1978, diante das dificuldades em promover um rápido desenvolvimento das forças produtivas, optou pela estratégia de usar “o capitalismo, aproveitar seu capital, tecnologia e mercado, para construir seu antípoda, o socialismo”. O argumento então usado era de que o modelo soviético baseado fortemente na planificação, o qual fora reproduzido *grosso modo* na China sob a liderança de Mao, era ineficiente porque excluía o mercado e desprezava, assim, a sua capacidade natural de alocar recursos escassos entre fins alternativos. Nesse sentido, o socialismo chinês realmente existente, para ser bem-sucedido, foi sendo pouco a pouco transformado – supostamente – em um socialismo de mercado. Renildo, entretanto, não deixa de mencionar logo no início de seu escrito que “nesse processo, transparece a retórica

nacionalista do resgate do papel grandioso da China, em seu passado milenar, como o famoso e poderoso Império do Meio”.

O escrito como um todo pretende mostrar diferentes aspectos da transformação do caminho socializante da era Mao em algo que o autor denomina, com felicidade, de trajetória nacional-desenvolvimentista. E não apenas em sua dinâmica interna que já é bem complexa, mas também levando em consideração o contexto geopolítico da competição imperialista em nível internacional. Como se sabe, essa mudança de rumo foi muito bem-sucedida em seu propósito de rapidamente desenvolver as forças produtivas e, assim, de alavancar o crescimento econômico, fazendo da China, em poucas décadas, uma potência emergente capaz de rivalizar com as potências já estabelecidas há mais longo tempo. A China, como se sabe, tornou-se um protagonista tão expressivo no cenário mundial que, atualmente, encontra-se no ponto de ameaçar a hegemonia dos Estados Unidos que ainda figura, dentre os países mais poderosos, como aquele realmente dominante. Ademais, ao enveredar por um caminho desenvolvimentista, a China criou aparentemente uma alternativa ao modelo neoliberal amplamente prevalecente na esfera de dominação do imperialismo norte-americano.

10

Contudo, o foco do estudo de Renildo Souza é a questão de saber: aonde vai a China enquanto modo de produção? É por isso que buscou responder ao longo de seu texto, muito claramente, dentre várias outras, uma pergunta central: as reformas do sistema econômico e do Estado realizadas paulatinamente na China desde 1978 expandiram apenas a dominação da relação de capital e, assim, desviaram-na do rumo do socialismo? Ou, alternativamente, havendo adotado um caminho que os seus proponentes chamam de “socialismo de mercado”, mantiveram-na ainda nesse rumo? O abandono do “sistema de acumulação centralizado” que caracterizou o modelo soviético vem abrindo de qualquer modo novas perspectivas para o desenvolvimento da sociedade contemporânea?

Com esse objetivo, o estudo que aqui se recomenda enfaticamente, tendo por base uma pesquisa muito ampla das fontes nacionais e internacionais que versam sobre a história recente da China, desenvolve-se por dez capítulos. No primeiro, o autor discorre sobre como se deu a ascensão de uma nova liderança no PC chinês e como ela passou a criticar as tendências e os resultados alcançados no período anterior liderado por Mao Zedong. Expõe em particular como a crítica da “revolução cultural” permitiu a construção de um novo discurso político após o falecimento do líder revolucionário.

No segundo, sem fugir das controvérsias e amparado no materialismo histórico, apresenta como emergiu um novo sistema econômico em substituição daquele que fora construído após a Revolução Chinesa de 1949 e que se caracterizava sobretudo pela coletivização das terras, controle estatal da economia e nacionalização de empresas estrangeiras. O tema geral desse capítulo, então, é devidamente desdobrado nos seguintes em alguns de seus componentes mais importantes. A descoletivização do campo é tratada no terceiro; a liberação do mercado de trabalho é visada no quarto; a desestatização da estrutura produtiva é encarada no quinto. Seguem-se dois capítulos que tratam dos problemas engendrados pelas próprias mudanças retratadas nos anteriores: o de número seis versa sobre a integração da China à economia mundial e o de número sete debruça-se sobre o que denomina de “imbróglio financeiro”.

O capítulo oitavo merece uma atenção especial, pois ele se dedica a discutir criticamente as matrizes de pensamento que também buscaram explicar o caráter do desenvolvimento recente da China. Segundo o autor, essas seriam basicamente quatro: o evolucionismo, o economicismo, o desenvolvimentismo e o liberalismo. As duas primeiras recebem no texto um tratamento especial porque, segundo ele, embasaram a ideologia dos líderes reformistas chineses. Para justificar a reorientação da estratégia de construção

do futuro, eles teriam se valido das teses de uma caduca ortodoxia que vicejara no campo do marxismo já no fim do século XIX. Eis que esta tinha como característica central privilegiar o desenvolvimento das forças produtivas como suposta rota automática para alcançar o socialismo. Ao focarem apenas a expansão da produção e o avanço tecnológico, os líderes chineses desprezaram a luta de classes e, assim, a dimensão política da construção de uma sociedade que pretende abolir a forma mercadoria e, assim, a alienação, a exploração e a dominação que caracterizam o capitalismo.

Nos dois capítulos finais, Renildo Souza expõe as suas conclusões. Primeiro, apresenta a sua interpretação crítica desse curso histórico atribulado que costuma ser visto pelos apologistas do econômico como o mais novo milagre do capitalismo, o “milagre chinês”. Na tradição do materialismo histórico, encontra uma chave para uma avaliação mais justa desse curso numa tese clássica: o desenvolvimento desigual e combinado com particularidades nacionais é inerente a um modo de produção que tende a se tornar um sistema mundial e que tem como meta própria a acumulação insaciável de capital, mas, ao mesmo tempo, contraditoriamente, precisa produzir os valores de uso que dão sustentação à reprodução da sociedade.

Para o bem ou para o mal, a China – enfatiza – tornou-se um protagonista muito importante nesse sistema mundial cada vez mais entrelaçado, de tal modo que seu desenvolvimento em particular passou a influenciar de modo decisivo o curso do desenvolvimento da sociedade global. O futuro da China, contudo, também não está predeterminado. No capítulo final que significativamente denominou “Aonde vai a China? ”, Renildo Souza procurou mostrar, de um lado, como as contradições e as tendências do sistema mundial condicionam o desenvolvimento da própria China e, de outro, como as contradições internas do modo de produção capitalista, as quais se manifestam por meio de tendências sistêmicas

e de lutas sociais, continuam a trabalhar aí para redirecionar o seu futuro como sociedade.

Enfim, tem-se em mãos um estudo que merece ser lido com atenção. Trata-se de um extraordinário esforço para apreender, nos planos da história e da teoria, o desenvolvimento recente da China, segundo uma perspectiva que nasceu no século XIX, por meio, principalmente, da obra de Karl Marx. Enquanto investigação que vai além do propósito meramente acadêmico, enriquece a compreensão e o debate sobre o curso de evolução do sistema de acumulação chinês, o qual se encontra agora inserido no sistema capitalista plenamente mundializado.

As perspectivas civilizatórias estão hoje bem obscurecidas. No entanto, sabe-se pelo menos, apesar da falta de luz no fim do túnel, que a história ainda não acabou e que é preciso encontrar os meios para escapar da barbárie.

ELEUTÉRIO F. S. PRADO

*Professor aposentado da Faculdade de Economia e Administração
da Universidade de São Paulo (FEA/USP)*